Qual a relação entre a história pública e o ensino de História?

RODRIGO DE ALMEIDA FERREIRA

Caminhos estimulantes se apresentam quando penso o ensino de História na perspectiva da história pública. Todavia, ambiguidades ou mesmo incompreensões em torno desta relação são também identificáveis. Estas percepções não estão restritas ao ensino, mas são extensivas também aos deslocamentos provocados pela ideia de história pública entre historiadores e outras áreas que tangenciam o conhecimento histórico. Algo compreensível. Afinal, o debate sistematizado nesse terreno é recente – recordo que, no Brasil, os primeiros eventos e publicações temáticos começaram a ser organizados a partir de 2011.

A questão motivadora deste texto – "Qual a relação entre a história pública e o ensino de História?" – dificilmente encontrará resposta única, tampouco assertiva. Na realidade, a proposta aqui é, considerando o cenário brasileiro, avaliar algumas dimensões dessa relação, de modo a mapear questões que motivem a reflexão em torno da temática.

Para isso, percorrerei os caminhos desse debate no País, seja pelos eventos acadêmicos e/ou da Rede Brasileira de História Pública (RBHP), seja pelas publicações promotoras da discussão. Outro aspecto a ser considerado decorre das reflexões quando futuros professores de História e pós-graduandos na área são instigados pelas interfaces da história pública.[1] Desse modo, almejo identificar aspectos das compreensões dos professores de História quanto à ideia de história pública, suas práticas e suas reflexões. Seguindo esse itinerário, espero delinear algumas perspectivas e, também, desafios na relação ensino/história pública.

1 No exercício de minhas atividades docentes, por exemplo, procuro estimular o debate sobre história pública com graduandos e pós-graduandos em História.

Digitalizado com CamScanner

Encontros e redes. O Curso de Introdução à História Pública, realizado na Universidade de São Paulo, em 2011, é identificado como marco inicial na sistematização do debate sobre o tema no Brasil. Este curso propiciou o I Simpósio Internacional de História Pública, ocorrido no ano seguinte, na mesma universidade. A articulação de pesquisadores de variadas áreas, com compreensível predomínio de historiadores, viabilizou a Rede Brasileira de História Pública (RBHP, 2013). Desde então, bianualmente são realizadas edições internacionais do simpósio: UFF (Niterói/RJ, 2014); URCA (Crato/CE, 2016); USP-Leste (São Paulo/SP, 2018) - sendo este uma realização conjunta com a 5ª Conferência da Federação Internacional de História Pública (5ª IFPH). A regularidade dos eventos sinaliza a ampliação do debate e sua consolidação.

No que concerne ao ensino de História, é notório o crescimento no interesse de professores do ensino superior e do ensino básico pela discussão. No II SIHP (2014), foi estabelecido o grupo de trabalho (GT) História pública e educação[2], mantido no simpósio seguinte. No encontro do Ceará houve, ainda, a mesa redonda História pública em ambiente escolar.[3] A organização do 4º SIHP ofereceu o GT História Pública, educação e práticas de ensino[4], que registrou mais que o dobro das inscrições dos eventos anteriores.

Além dos encontros da RBHP, a temática tem estado presente em outros eventos acadêmicos. Destaco dois, ambos promovidos no âmbito da Associação Nacional dos Professores de História. Na XXVII ANPUH Nacional (Natal/RN, 2013), a inserção do tema foi difusa, pois confluíram trabalhos ligados ao ensino e, também, outros aspectos da história pública.[5] Já no evento regional fluminense - XVIII ANPUH-RJ (Niterói/RJ, 2018) - foi realizado o simpósio temático *História Pública e Educação: Saberes compartilhados*.[6]

2 Coordenado por Everardo Andrade (UFF), Fernando Penna (UFF) e Thaís Nivea Fonseca (UFMG), houve 14 inscrições GT; uma a menos do que no evento seguinte, realizado no Cariri, região Nordeste do Brasil.

3 Compuseram a mesa Arthur Lima de Ávila (UFRGS), Egberto Melo (URCA), Maria Telvira da Conceição (URCA) e Sônia Wanderley (CaP-UERJ).

4 O GT é coordenado por Everardo Andrade (UFF), Sônia Wanderley (CaP-UERJ) e por mim.

5 José Newton Meneses (UFMG) e Juniele Rabêlo de Almeida (UFF) coordenaram o simpósio temático *História pública e os públicos da História*.

6 O ST é coordenado por mim e Samuel Oliveira (CEFET-RJ).

Digitalizado com CamScanner

Reflexo da mobilização de profissionais em torno da história pública no Brasil, publicações de livros e revistas com dossiês temáticos têm chegado ao público, como *Introdução à História Pública* (Almeida & Rovai, 2011). Neste pioneiro livro, os autores problematizam o assunto em variadas perspectivas – como oralidade, literatura, rádio. Ainda que alguns artigos tangenciem a relação com a educação, somente um deles explicita essa preocupação em seu título.[7]

Em 2016, uma nova publicação indicou a ampliação dos debates. A preocupação com o ensino, exemplificada pela criação do GT no II SIHP, foi contemplada em *História pública no Brasil: Sentidos e itinerários* (Mauad, Almeida & Santhiago, 2016). Entre as seis partes estruturantes do livro, há o eixo *História pública, educação e ensino de História*, com quatro artigos. Thaís Fonseca traz a perspectiva da educação fora do espaço escolar, por meio da recuperação histórica das mídias de divulgação do conhecimento histórico, como as revistas do século XIX e XX. O fazer docente enquanto prática de história pública e as possibilidades de construção de tessituras das narrativas foram abordadas por Everardo Andrade e Nívea Andrade. A conduta do professor em seu cotidiano foi o ponto de reflexão para Fernando Penna e Renata Aquino, em um estudo de caso do trabalho de uma professora da rede pública de ensino do Estado do Rio de Janeiro. Sônia Wanderley encerra a sessão temática problematizando o processo de ensino e aprendizagem na sala de aula, em um diálogo na perspectiva da consciência histórica.

O livro *História pública em debate: Patrimônio, educação e mediações do passado* (Almeida & Meneses, 2018) destaca o lugar do debate em relação ao conhecimento histórico e educacional. Tal preocupação é demonstrada, com maior ou menor ênfase, pelas contribuições dos autores participantes. Mas é no eixo *História pública e educação*[8] que essa reflexão é aprofundada. Neste eixo, Sônia Wanderley traz novas considerações sobre o caráter público da História ensinada. Everardo Andrade e Juniele Almeida refletem sobre as questões teóricas (memória, tempo e aprendizagem, narrativa) que emergem

7 Trata-se do artigo de minha autoria, "Cinema, educação e história pública: Dimensões do filme *Xica da Silva*". Ressalvo que tenho me dedicado às reflexões sobre a relação história pública/educação e ensino, especialmente na interface com o cinema.

8 Os outros dois eixos que estruturam o livro são: *História pública e patrimônio*; e *História pública e mediações do passado*.

Digitalizado com CamScanner

da experiência de construção de um acervo[9] a partir das narrativas dos professores, em formação, sobre suas práticas e percepções da profissão. A prática permanece no primeiro plano no artigo de Ricardo Santhiago, que aborda as possibilidades da história oral em situações de ensino, educação não-formal e extensão, no viés da história pública. Por fim, no trabalho que elaborei em coautoria com Fernando Penna, o papel do professor é analisado enquanto intelectual público que desenvolve práticas de história pública. Esse olhar é tensionado frente às reformas educacionais em curso no País, em especial a Base Nacional Comum Curricular e a mobilização dos professores contra contestáveis projetos de lei que visam cercear a liberdade do trabalho docente.

Periódicos de divulgação científica são outros veículos promotores do debate. Dentre eles, destaco os dossiês das revistas *Estudos Históricos* (2014; v. 27, n. 54), *Resgate* (2014; v. 22, n. 2), *Tempo & Argumento* (2016; v. 8, n. 19), *Transversos* (2016; v. 7, n. 7), *Observatório* (2017; v. 3, n. 2). Ressalto, ainda, que a *Revista História Hoje*, publicação da ANPUH voltada ao ensino, aprovou o dossiê *Ensino de História e história pública*, com previsão de lançamento para dezembro de 2019.

Seria ir além dos limites deste texto e exaustivo para o leitor comentar cada um dos artigos publicados nesses exemplares. Mas algumas observações gerais são pertinentes para dimensionar a relação entre história pública e o ensino da disciplina de História.

De imediato, aponto que "ensino" é parte constitutiva apenas do dossiê da revista *Observatório*: "Por uma história pública: comunicação e ensino"; ainda assim, associado à área da "comunicação". Quanto a um dossiê voltado especificamente ao aspecto educacional, saliento a proposição da *Revista História Hoje* – todavia, ainda em elaboração.

Dos periódicos publicados em 2014 – ambos etiquetados como "História pública" – nenhum dos seis artigos da *Estudos Históricos*, tampouco algum dos 11 textos da *Resgate*, mencionam o "ensino" nos títulos. Dos seis artigos da seção da revista *Tempo e Argumento* (2016; também denominado "História pública"), um é relacionado à prática escolar; outro aos espaços virtuais aprendizagem referentes à memória e ao patrimônio.

9 O acervo está disponível na plataforma digital do Laboratório de História Oral da UFF (LABHOI).

Digitalizado com CamScanner

Esta relação muda sensivelmente no referido dossiê da revista *Observatório* (2017), que destaca o ensino em seis dos seus 13 artigos. Proporção um pouco maior na edição da *Transversos* (2016) – "História pública: Escritas contemporâneas de História" – que atinge 60% dos cinco artigos.

Atrelado ao panorama das publicações e seu teor, sobressai a variação de temas e de abordagem na interface com a história pública. Dada a pluralidade de perspectivas, percebo que, muitas vezes, o tema da educação é tangenciado em reflexões que envolvem áreas e fontes de pesquisa específicas, associadas a questões práticas relativas à produção, à difusão e à circulação do conhecimento histórico.

Não é raro, portanto, que a educação seja considerada, muitas vezes, em uma concepção ampliada, frequentemente para além do espaço escolar, compreendida na chave do conhecimento histórico. Os artigos que compõem os livros e revistas citados, mesmo quando não enfatizam a dimensão do ensino associado ao cotidiano escolar, quase sempre sugerem diálogos com a produção e a significação do sentido histórico.

São muitas as reflexões que problematizam a história pública a partir do uso das fontes e de suportes narrativos e de linguagem – como cinema, literatura, rádio, Internet, museus, patrimônio – na elaboração do conhecimento. Relacionar um tema histórico e suas formas de abordá-lo para além dos espaços convencionais da escola é outro aspecto presente nos artigos. As políticas públicas, especialmente as educacionais que impactam o trabalho docente, também são objetos de preocupação, sobretudo na dimensão pública do trabalho do professor. Neste cenário, a educação, seja ela escolar ou para além dos muros da escola, mantém uma curva de projeção ascendente em meio aos debates sobre história pública.

A escola e a história pública. A escola é o local privilegiado quando se propõe refletir sobre a relação entre história pública e ensino. Mesmo porque, nas reflexões do trabalho docente, há centralidade para a prática. Embora seja recente a organização dos debates sobre o tema, é perceptível o crescimento do interesse por parte do professorado na discussão. Ao acompanhar os eventos da RBHP, não é incomum conversar com docentes curiosos para

Digitalizado com CamScanner

compreenderem a novidade e que se surpreendem ao reconhecer ações de história pública em suas aulas.

Nas universidades formadoras de futuros professores de História, especialmente naquelas em que atuam profissionais vinculados à RBHP – mas não somente – têm se difundido debates relativos à história pública. Nesse processo formativo, sobretudo nos momentos de estágio supervisionado, quando o graduando acompanha um professor do ensino básico, reitera-se a percepção de que muitos docentes dialogam em determinado grau com a história pública.

São múltiplas as práticas didáticas para estimular os alunos e formular o conhecimento histórico escolar. Livros didáticos, textos complementares, cinema, música, literatura, teatro, canais da Internet, *memes*, charges, revistas em quadrinhos, pinturas, iconografia, jogos, *games*, fotografias, patrimônio, museus e etc. são alguns exemplos de fontes, linguagens, suportes, mobilizados em diversas situações da aula de História, inclusive fora do espaço escolar, como as visitas aos museus e às cidades.

Durante o processo de ensino, o professor realiza operações que confluem para a divulgação, difusão e circulação do conhecimento histórico. E, ainda, estabelece a produção de um conhecimento histórico escolar. Mas este processo não está concentrado exclusivamente no professor. Pelo contrário, os estudantes contribuem com seus saberes, que, por sua vez, estão em diálogo com conhecimentos históricos extraescolares apreendidos em suas trajetórias sociais. A dinâmica de uma sala de aula é múltipla, multifacetada, polifônica. São parâmetros que delineiam uma educação interativa, dialógica. Ou seja, a reafirmação dos princípios propostos por Paulo Freire (1981) em favor da educação reflexiva e crítica, que considere as condições de vivência do estudante e seus saberes.

Uma sala de aula, assim experenciada, implica em reconhecer os saberes envolvidos em contato e em diálogo. O do professor, que é o profissional formado na universidade e atuante nas contingências cotidianas; do acadêmico, produtor de pesquisas e propositor de debates que atualizam a historiografia; do estudante, cuja vivência sociocultural, política e econômica ajuda a conformar uma percepção de conhecimentos; e o histórico circulante, construído por meio de variadas linguagens, narrativas e suportes culturais. A discussão histórica e a produção do conhecimento histórico escolar se constroem nessa

Digitalizado com CamScanner

operação entendida como "mediação didática" (Lopes, 1997; Monteiro 2007). Enfim, a articulação desses locais e da experiência dos atores envolvidos na educação – professor, estudantes, comunidade escolar e sociedade – configuram a sala de aula/escola como um espaço, por excelência, de história pública.

Como indicado, muitos professores, depois de serem apresentados a algumas balizas da história pública, reconhecem parte de suas ações nessa interface. Todavia, o caráter exclusivamente prático não é o desejável. A partir das trocas de experiências, é importante atrelar a prática à reflexão teórica e metodológica, tanto para o planejamento de atividades de aula, quanto para a avaliação dos resultados de seus trabalhos.

É verdade que tem aumentado a presença de professores nos espaços difusores da história pública. O Programa de Iniciação à Docência (PIBID), ao articular universidade/escola e conceder bolsas aos graduandos e professores do ensino básico para desenvolver projetos nas escolas, também favoreceu a abertura de espaços. Chamo a atenção, ainda, para a criação do Programa Nacional de Mestrado Profissional de Ensino de História (ProfHistória), voltado a docentes que desenvolvem suas dissertações problematizando questões práticas da sala de aula.[10]

A expectativa é que os profissionais ligados ao ensino de História intensifiquem os diálogos com as dimensões da história pública. Acredito que, por esse caminho, será valorizado o sentido processual do "fazer e pensar" a história pública. A reflexão crítica tende a refinar o trabalho do professor, beneficiando o público estudantil e qualificando o processo de ensino-aprendizagem.

Outros desafios. Para além da sala de aula, local privilegiado na interface história pública/ensino, é essencial considerar os desafios e ambiguidades dessa relação fora dos espaços escolares. Parte da educação para o conhecimento histórico realizada por meio de narrativas e suportes não-escolares e/ou historiográficos, deriva de áreas como cinema, carnaval, telenovelas. A ausência da mediação e/ou a participação de historiadores nesse tipo de produção frequentemente a torna questionável quanto ao compromisso

10 O programa é de livre adesão universitária. Destaco, entre suas três linhas de pesquisa, "Linguagens e narrativas históricas: Produção e difusão", pela sua fronteira com a história pública.

Digitalizado com CamScanner

com a História; por extensão, é uma crítica à história pública e à ênfase em ampliar os públicos para a divulgação histórica.

A crítica tem sua pertinência, pois, na maioria das vezes, o público acessa tais narrativas sem outros elementos para relativizá-las. Isso impacta a difusão de determinadas interpretações e o estabelecimento de significados do saber histórico na sociedade. Na escola, esse dano tende a ser minimizado pela mediação didática, pois se pode estimular a problematização de abordagem e equívocos historiográficos em um filme com temática histórica ou em um romance ambientado no passado, por exemplo.

Mas, como proceder nessa linha tênue da divulgação do conhecimento sem ir contra outra baliza da história pública: repensar a hierarquização entre saber acadêmico e aquele produzido fora da metodologia da pesquisa histórica?

Não se trata, ressalvo, de desqualificar a produção historiográfica em favor da não acadêmica, o que apenas inverteria a hierarquia de saberes. O movimento, acredito, deve ser outro: valorizar e buscar os diálogos entre historiadores e áreas distintas. Afinal, a produção e significação do conhecimento histórico configura um eixo fundamental da história pública, para além da publicização e ampliação dos públicos.

Subestimar uma produção sobre História porque ela não conta com um historiador, contudo, aproxima-se a uma reserva de mercado, além de indicar dificuldade em produzir efetivamente a partir do diálogo interdisciplinar. Reivindicar, de maneira incisiva, formação em "curso universitário" de história pública a quem deseja trabalhar com o conhecimento histórico fora da academia (cineastas, museólogos ou literatos, por exemplo) não desconsideraria as especificidades de outras linguagens e saberes? Interesses comerciais envolvidos na oferta destes cursos poderiam se sobrepor aos valores educacionais? Em última instância, o dinamismo da história pública, circulante na sociedade para além das certificações universitárias, não estaria ameaçado pela permanência da supervalorização da Academia?

Certamente, a crítica às narrativas diversificadas sobre História permanece como princípio a ser exercido na problematização do saber histórico. O lugar da academia de História, como produtor de pesquisas que reveem o campo, permanece fundamental nesse processo. Além dos bancos escolares, cabe aos historiadores e professores a difícil tarefa de ocupar outros espaços

Digitalizado com CamScanner

– como canais de comunicação, espaços virtuais, mercado editorial – para fomentar o debate sobre o conhecimento histórico, estabelecendo uma mediação didática amplificada.

Caminhos... O entrecruzamento da história pública e ensino me permite ser otimista. Em menos de uma década, é notável o crescente interesse dos professores dos ensinos básico e superior pela discussão. O envolvimento docente nas reflexões tende a potencializar práticas de história pública na sala de aula – e para além dela. A maior compreensão deste terreno pode fortalecer, ainda, o professorado no diálogo com políticas públicas educacionais e na viabilização de parcerias para projetos pedagógicos.

A integração do professor nos debates contribui para minimizar equívocos quanto à sua prática enquanto história pública. Um exemplo seria reconhecer que usar fontes ou suportes narrativos como cinema ou o teatro – portanto, diferentes dos recursos recorrentes na sala de aula (como manuais didáticos ou o quadro) – não implica, necessariamente, em história pública. O processo de elaboração e significação histórica, que considere os modos de divulgação, é a essência dessa prática.

Outra questão a ser avaliada é a ideia de que uma boa divulgação requer projetos com produtos impactantes. Para os professores, isto pode ser um fator desestimulante, já que verbas de financiamento de projetos são uma realidade muito distante da esmagadora maioria das escolas.

Em parte, a supervalorização da forma, do produto, favorece as críticas de que interesses comerciais se impõem à dimensão do conhecimento. Uma confusão que precisa ser enfrentada. Afinal, há muitos não-historiadores que desenvolvem importantes materiais relativos ao conhecimento histórico. Como salientado, não creio que a certificação seja a melhor solução. Parece-me mais adequado cobrar compromisso de quem realiza esses trabalhos, associado à manutenção do rigor crítico historiográfico e à participação de historiadores/professores nessa cadeia de um modo mais dialógico.

Ampliar o conhecimento e ocupar espaços são demandas imediatas para a história pública na sua dimensão com o ensino. Professores e historiadores, apesar das enormes dificuldades, precisam se mobilizar para preencher espa-

Digitalizado com CamScanner

ços e estabelecer uma comunicação adequada às mudanças de circulação do conhecimento deste século XXI. O rigor metodológico do ofício apreendido na Academia não deve ser confundido como autoridade exclusiva do saber. O diálogo na elaboração e divulgação do conhecimento histórico, seja na sala de aula ou fora dela, exige a produção compartilhada por parcerias efetivas.

O ensino no viés da história pública é um trabalho ampliado e de contínua mediação. A esperança é que os profissionais e estudantes não sejam seduzidos pelo "ouro de tolo" mercadológico, que imbui a ideia de produto com impacto de *marketing*. Do contrário, a educação aproxima-se perigosamente de uma dimensão de mercado. E educação não pode ser entendida como mercadoria. O processo de ensino da disciplina e/ou da educação não-escolar em História permanece assentado nos conteúdos, conceitos e fontes mobilizados para a elaboração de narrativas e significados históricos que favoreçam a reflexão do indivíduo em seu processo social.

Os caminhos são seguidos por escolhas. Os rumos da história pública/ensino no Brasil são possibilidades, mas alguns criam a expectativa de horizontes promissores. A reflexão sobre essa relação qualifica a prática e a metodologia. Estimula a pensar o *fazer* e o *refazer*, uma reflexão-ação e vice-versa. O caminho se faz ao caminhar.

Digitalizado com CamScanner